

A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS E AS IMPLICAÇÕES NA REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO EM ITAPURANGA (GO)

THE RESTRUCTURING OF THE STATE UNIVERSITY OF GOIÁS AND THE IMPLICATIONS TO PEASANT SOCIAL REPRODUCTION IN ITAPURANGA (GOÍAS)

Ana Carolina de Oliveira Marques
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
carol.geografia@hotmail.com

Valdir Specian
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
vspecian@gmail.com

Paula Junqueira da Silva
Universidade Estadual de Goiás (UEG)
paula.junqueira@ueg.br

Resumo. Em meio à reestruturação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), com diminuição drástica de vagas no vestibular 2021, fechamento de cursos e Unidades, redução no orçamento da instituição, cresce a preocupação com os efeitos socioterritoriais do “enxugamento” da Universidade que há mais de 20 anos promove – a despeito das inúmeras contradições – a democratização do acesso ao ensino superior para as classes populares dispersas no vasto e desigual território goiano. O que vem sendo chamado pelo movimento docente de “metropolização da UEG” tende a impactar consideravelmente a dinâmica do campesinato goiano, acentuando a migração da juventude rural e a consequente proletarização nas cidades, além do envelhecimento – já em curso – da população rural. Este artigo reúne narrativas dos itinerários humanos (ARROYO, 2017) de estudantes do curso de Geografia da Unidade Itapuranga que testemunham o papel da Universidade na reprodução social do campesinato na região e reclamam um olhar humanizado das políticas educacionais no estado. A inspiração metodológica deste trabalho remete à “escuta ativa, lúdica ou empática” advogada por Dunker (2020) em seus recentes escritos de psicanálise e educação. Apóia-se, também, nas concepções marxistas como ferramenta teórica para compreender o objeto de análise no contexto do neoliberalismo, lançando mão das seguintes categorias, mercadoria, trabalho, precarização, proletarização, luta de classes, entre outras.

Palavras-chave. Ensino Superior. Escuta Ativa. Itinerários Humanos. Neoliberalismo

Abstract. Amid the restructuring of the State University of Goiás (UEG), with a drastic reduction of places in the 2021 entrance test, closing of courses and units, reduction in the institution's budget, there is growing concern about the socio-territorial effects of the university “downsizing”. The university has been promoting for the last 20 years – despite the numerous contradictions – the democratization of access to higher education for working classes dispersed in the vast and unequal territory of Goiás. What has been called the “metropolization of UEG” by faculty movement tends to considerably impact the dynamics of the Goiás peasantry, accentuating the migration of rural young people and the consequent proletarianization in cities, in addition to the aging – already in progress – of the rural population. This article brings together narratives of the human itineraries (ARROYO, 2017) of students from the Geography graduation course at the Itapuranga Unit who testify the university's role in the peasant social reproduction in the region and demand a humanized look at educational policies in the state. The methodological inspiration of this work refers to the “active, playful or empathic listening” advocated by Dunker (2020) in his recent writings on psychoanalysis and education. It is also based on Marxist conceptions as a theoretical tool to understand the object of analysis in the context of neoliberalism, making use of the following categories: merchandise, work, precariousness, proletarianization, class struggle, among others.

Key-words. Higher education. Active listening. Human itineraries. Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

*Conhecimento que não me ajuda a saber-me,
para que me serve?*
(Arroyo, 2017 p. 145).

Noite de segunda-feira. Uma cesta de produtos agrícolas ocupa o centro da sala de aula: batata doce, pepino, mandioca, abobrinha, banana nanica, pimenta. Pedacos de papel “espetados” nos produtos, com as perguntas: O que você comeu hoje no café da manhã? De onde veio o que comeu? Quem produziu os alimentos? De que forma? Como os adquiriu? Quem e como os preparou?

A mística inaugura mais um semestre da disciplina “Geografia Agrária” ofertada a estudantes do quinto período do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG)/Unidade Itapuranga. O espanto dos jovens frente à primeira aula da professora desconhecida, logo cede a histórias que emergem da memória e do *habitus* camponês compartilhado pela maioria.

O município de Itapuranga data do ano de 1953 (IMB, 2021), localiza-se na Mesorregião Centro-Goiano e na Microrregião do Rio Vermelho. Com cerca de 25 mil habitantes (população estimada - IMB 2020), compõe um território de tradição camponesa e com histórico significativo de lutas sociais no campo. À semelhança de diversos municípios interioranos em Goiás, tem nos serviços a principal atividade econômica, seguida da agropecuária e da indústria. Ainda que tendencialmente em redução populacional ao longo dos anos, o campesinato itapuranguense se destaca na produção de alimentos, sustentando uma das maiores feiras camponesas do estado: a feira do Produtor Rural.

Esta breve apresentação do contexto espacial deste trabalho torna inteligível o encantamento dos estudantes com a disciplina de Geografia Agrária, dada a correlação imediata entre os conteúdos propostos e a vivência desses sujeitos, grande parte residente no campo. Mal sabem eles, entretanto, que ao decorrer do curso, a sensação de familiaridade se transmutará em estranhamento; a zona de conforto se desestabilizará com o incômodo conhecimento das estruturas de poder que incidem sobre as vidas e territórios camponeses. Mas, de uma forma ou de outra, intuem que as discussões no âmbito da disciplina os ajudarão a “saberem de si” (ARROYO, 2017).

Esses estudantes possuem a matéria-prima do entendimento: corpos que enfrentam cotidianamente os percalços da reprodução social do campesinato. Corpos que, histórico e coletivamente, teimam em não sucumbir. Corpos com memórias de saberes, sabores, valores,

aprendizados transmitidos pela cultura da oralidade, pela experiência e, sobretudo, pelo trabalho. Corpos com inscrições territoriais. Corpos que dançam, cantam, rezam, encenam, contorcem, adormecem, enfeitam-se, doem, adoecem, vibram, produzem, reproduzem, equilibram-se entre as determinações e as insurgências, entre a geopolítica e a existência.

Neste artigo, compartilhamos uma leitura situada, corporificada e multiescalar das implicações socioterritoriais da reestruturação (leia-se enxugamento) da UEG no território goiano. Processo que tem se dado, nos últimos anos, pela redução das vagas nos vestibulares, fechamento de cursos e unidades, alteração na dotação orçamentária da instituição etc.

Importa-nos aqui, especialmente, adentrar ao universo das práticas espaciais, dos deslocamentos, dos malabarismos acionados na reprodução social do campesinato – classe historicamente forjada no confronto direto ou na luta cotidiana e silenciosa pela sobrevivência – no município de Itapuranga. Para isso, nos amparamos metodologicamente nos recentes escritos de Dunker (2020), guia para uma “escuta ativa, lúdica ou empática” dos itinerários humanos (ARROYO, 2017) que nos chegaram por meio de cartas/relatos de vida dos acadêmicos, ou melhor, dos “trabalhadores que estudam” (ARROYO, 2017).

Também é relevante informar ao leitor que o presente texto, apesar de não tem uma filiação epistemológica ortodoxa, se constrói pelo rigor da reflexão crítica e por isso, apoia-se também em bases marxistas que discutem Educação (MÉSZÁROS, 2008; LAVAL, 2019; SAVIANI, 2007), busca nas categorias trabalho, mercadoria, luta de classes, expropriação, precarização entre outras (MARX, 2017), a análise do problema a partir do contexto do neoliberalismo (HARVEY, 2008).

O texto se divide em duas seções. Na primeira, apresentamos os principais aspectos do que chamamos de “reestruturação da UEG”, ou seja, as ações concretas, atores e interesses por trás deste novo conceito de Universidade, cada vez menos “lastreada” pelos municípios interioranos. Para isso, lançamos mão de conceitos e teorias que designam processos em escala mais abrangentes, como a ofensiva neoliberal.

Na segunda seção, ganham destaque as narrativas ou itinerários humanos de estudantes do curso de Geografia da UEG/UnU Itapuranga, elaboradas no contexto da disciplina “Geografia Agrária”. Narrativas que testemunham o papel da Universidade na reprodução social do campesinato na região e reclamam um olhar humanizado das políticas educacionais no estado.

A REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS¹

A UEG desde sua criação em 1999 sofre com problemas de intervenção política e administrativa. O ato de criação se deu pela interferência na estrutura de autarquias autônomas de faculdades e uma Universidade já existentes, não houve diálogo. O ato de criação da UEG incorporou treze (13) faculdades isoladas e uma Universidade (UNIANA) instaladas em diferentes municípios goianos, somadas a implantação de onze (11) das catorze (14) faculdades criadas, mas que não havia sido instaladas (UEG, 2001).

As vinte e cinco (25) unidades que compuseram a UEG no ato de criação foram ampliadas para um número de trinta e oito (38) unidades e/ou polos acadêmicos² já nos primeiros anos da criação. Os documentos da Universidade apontam que os polos deveriam funcionar como estrutura temporárias, ou seja, atenderiam a demanda local de formação superior, sobretudo nas licenciaturas, e depois seriam extintos. Mas não foi isso que aconteceu. Muitos polos se transformam em Unidades Acadêmicas, atendendo os interesses políticos locais e do governo do estado de Goiás. No conto popular foi dito que bastava o Governador (Marconi Perillo) pousar com seu helicóptero em um município e já anunciava a criação da UEG. O primeiro diretor e/ou diretora era sempre uma pessoa ligada a elite política local e assim, com apenas a estrutura de “cuspe e giz” era criada uma nova unidade ou polo, ou seja, contratava-se de forma precária professores para compor as licenciaturas para formar novos professores.

De acordo com a Lei no 20.748 de 17 de janeiro de 2020, atendendo o discurso de enxugamento da estrutura, a UEG composta por quarenta e uma (41) diferentes Unidades Acadêmicas³ e um Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede – CEAR, ligado a reitoria da UEG (antes era uma unidade “autônoma” – Unidade a Distância), poderá perder dezesseis (16)

¹ Dois dos autores foram gestores na UEG e as informações e afirmações referentes a gestão da universidade são oriundas da experiência acumulada no período de gestão e participação no conselho superior.

² A UEG chegou a ter cinquenta e uma (51) unidades e polos acadêmicos presenciais espalhados pelo Estado de Goiás.

³ Na última reforma administrativa do estado do Goiás (2020) a estrutura da UEG foi mudada – hoje ela é dividida em oito (oito) Câmpus e trinta e uma (31) unidades. Foram criados cinco (5) Institutos Acadêmicos: 1) Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas; 2) Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas; 3) Instituto Acadêmico de Ciências Tecnológicas; 4) Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas; 5) Instituto Acadêmico de Ciências Agrárias e Sustentabilidade Na estrutura organizacional os cursos de Graduação e Pós-Graduação e os docentes desses cursos estão ligados aos Institutos Acadêmicos. Ver: https://sagresonline.com.br/wp-content/uploads/2020/01/ueg_-_reforma_administrativa.pdf. Acessado em: 20 jun. 2020.

unidades que estão em processo de fechamento⁴. Entre as Unidades que estão neste processo de fechamento, inclui-se a Unidade de Itapuranga acreditamos que nenhum jovem camponês que estuda nessa unidade foi consultando, eles são apenas números na visão de gestão.

Ao longo desse tempo, quase vinte e dois (22) anos de existência em vários momentos foram elaborados documentos de reestruturação que tiveram diferentes denominações, alguns eram personalizados no nome da pessoa que o presidia – como o relatório Eliana França (Ex-Secretária de Estado e Ex-vice Reitora da UEG).

Existem ao menos nove (9) documentos que tratam diretamente dessa reestruturação, alguns nem chegaram a ser publicizados, em comum eles acumulam “desperdício de energia e recursos”. Neste breve artigo não é possível discutir cada um desses documentos, vamos apenas citá-los para analisar o contexto geral da reestruturação:

1. Proposta Preliminar de Reestruturação dos Cursos e Remanejamento e Diversificação de Vagas – 2001. Documento elaborado pela Pró-Reitoria da Graduação e trazia na capa a seguinte menção: “Este texto é uma versão preliminar da proposta do **plano de expansão da UEG**, peça componente do processo de credenciamento” (UEG, 2001, grifo nosso);
2. Seminário Olhares – 2007/2008. Não tinha a atribuição específica de fazer um “redesenho”, mas indicava caminhos para a estruturação da UEG no contexto da formulação do seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. O relatório final é o própria PDI (2010 – 2019) da Universidade (UEG, 2010);
3. Relatório do Estudo Preliminar Sobre a Oferta de Cursos na UEG (Relatório Parcial) - 2011. Esse relatório é resultado da atuação da Comissão de Planejamento e Reestruturação de Cursos nas Unidades Universitárias da UEG (popularmente conhecido como GT M. Olinda (2010). A Comissão criada a partir da uma Portaria (1.153/2009) percorreu as Unidades da UEG, o resultado foi a indicação de uma série de critérios para criação de novos cursos e, também, propostas para reestruturação das unidades existentes. (UEG, 2011a)⁵;
4. Relatório – Comissão de Estudos sobre a UEG – 2011 (internamente conhecido como relatório Eliana França). Foi organizado por encomenda do governo estadual na época (2011) sob a coordenação da então vice-reitora (interventora) que dá nome ao relatório. Neste relatório foi proposto uma série de mudanças na oferta de Cursos da UEG (leia-se fechamento), talvez

⁴ A Gestão da Universidade não expressa o termo “fechamento” – isso é uma interpretação dos autores. São unidades da UEG que não irão ofertar vagas para ingresso neste ano (2021), algumas já não ofertaram vagas para ingresso em 2020.

⁵ Interessante destacar que no ato de indicação dessa comissão de estudo a Reitoria da gozava de alguma autonomia – mas na data da publicação do relatório a Universidade estava sob intervenção direta.

tenha sido o relatório mais “corajoso” apresentado por uma comissão, nesta proposta os Cursos de Licenciatura da Unidade de Itapuranga deveria ser fechados. (UEG, 2011b);

5. Reuniões Regionais (2012) proposto pela reitoria (interventora)⁶. Essas reuniões tinham como objetivo a sistematização das propostas apresentadas no “relatório Eliana França” – a ideia era “fusão” Cursos e Câmpus. O tema foi deixado de lado em decorrência da proximidade das eleições para a reitoria ocorrida em setembro de 2012 e que consolidou o então interventor (Haroldo Reimer) como reitor eleito da UEG;

6. Grupo de Trabalho de Política de Oferta e Demanda de Cursos (2013/2014). Este GT organizou uma série de indicadores para avaliar os Cursos de Graduação da UEG. **Vale ressaltar que todos os indicadores foram avaliados e referendados – um a um – pelo Conselho Universitário da UEG - CsU.** O conjunto de indicadores foram aplicados para cada Curso da UEG e apresentados em sessão do CsU em 2014 (Sessão 85ª de 05 de setembro de 2014). Nesta sessão, de forma eloquente, foi proposto a suspensão de quatro (4) cursos de Graduação da UEG, decisão acatada pelo CsU (UEG, 2014b). Os Cursos com baixo desempenho (não suspensos) foram obrigados a fazer uma proposta de ajuste (carta de intenções) para avaliação da Pró-Reitoria de Graduação da UEG, a carta permitia uma nova avaliação destes Cursos (UEG, 2014a);

7. Grupo de Avaliação de Permanente – GAP (2014). Apesar de usar o nome de permanente, o grupo foi sendo dissolvido ao longo do tempo. O GAP usou os mesmos indicadores propostos pelo GT de Oferta e Demanda e reavaliou os Cursos com baixo desempenho. Os relatórios de avaliação não foram encontrados no site da UEG;

8. Grupo de Trabalho - Redesenho Institucional (PrDI) – 2016/2017. Em 2016 foi criado um novo grupo para avaliação da Universidade com vistas há um “redesenho institucional”. O grupo formado por diretores de Câmpus e presidido pelo então Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional teve dificuldades para finalizar o trabalho! Às vésperas da data de entrega do relatório (2017), uma equipe de apoiadores foi reunida para tratar do assunto – o trabalho foi realizado em meados de abril de 2017 e finalizado em 26/04/2017 em Jataí – Goiás. O “power point” do relatório foi apresentado para os diretores em 22 de junho de 2017 em reunião administrativa realizada na cidade de Pirenópolis – GO. Neste “power point” não ficava claro o processo de avaliação dos cursos e o que de fato seria implementado. Interessante registrar

⁶ Em 2011 o Governo interferiu na UEG através da indicação dos Cargos de Vice-Reitor (Ocupado pela Profa. Eliana França e cargos de Pró-Reitores. O Reitor na época (Prof. Luís Arantes) que havia sido eleito a menos de três anos (outubro/2008) foi "cercado" pela nova composição da equipe da reitoria e em fevereiro de 2012 renuncia o cargo e em seu lugar assume o então Gerente de Pós-Graduação – Prof. Haroldo Heimer.

que essa reunião aconteceu na semana que antecedeu a sessão nº 103 do CsU (28/06/2017) e igualmente, antes desta sessão, na segunda feira – dia 26 de junho 2017 foi lançada uma carta aberta a comunidade acadêmica com a proposta de fechamento de cursos. Na referida sessão do CsU (UEG, 2017b) foram criados os Cursos de Direito (seis cursos), Medicina, Psicologia e Agronomia e não foi suspenso nenhum curso – como previa o relatório do GT (UEG, 2017a). A notícia que o relatório previa a suspensão de inúmeros cursos de Licenciatura foi “vazada” entre os gestores da UEG. **Na prática o relatório propriamente dito nunca foi entregue para a comunidade acadêmica e/ou os diretores de câmpus da época;**

9. Grupo de Trabalho de Redesenho (2019) – o último grupo criado para discutir redesenho, sua atuação ocorre na esteira de uma grande crise institucional (política/econômica/administrativa). O grupo foi instituído já na nova gestão da UEG, considerando a renúncia do Reitor eleito – Haroldo Reimer. A UEG nesse período já vivia uma nova intervenção direta. O grupo apresentou uma proposta de redesenho que sugere o fechamento de 15 câmpus e 57 cursos. O GT foi muito questionamento pela forma de criação e a paridade de seus membros (UEG, 2019).

Um olhar atento para todos os relatórios redigidos por diferentes comissões, GT etc ao longo dos anos, sugere que: nenhum relatório foi efetivamente aplicado, conforme os critérios propostos. Os relatórios esbarraram, via de regra, na continua intervenção política da Universidade. Uma forma de colocar pressão sobre os cursos, responsabilizando-os pelo sucesso e/ou fracasso foi a aplicação de critérios de avaliação que determinam a continuidade ou suspensão dos cursos: avaliação de CPC e ENADE e a demanda pelo vestibular, caso o curso não atingisse taxa mínima de procura deveria ser suspenso. Não existe problemas nos critérios – mas como pensar uma boa avaliação em cursos que praticamente não receberam investimentos ao longo da sua existência. A Universidade não conseguiu fixar docentes no interior do estado, salvo algumas exceções e isso, fundamentalmente, prejudicava a avaliação dos Cursos.

A fórmula mágica encontrada pela Universidade para fechar os cursos (é preciso considerando que a partir de janeiro/2019 ocorreu uma intervenção política que perdura até os nossos dias (13/03/2021), são mais de dois de intervenção) foi através da demissão dos servidores temporários da UEG (técnicos e professores). Usaram um subterfúgio jurídico dizendo que os contratos temporários que se arrastavam por mais de 15 anos, em alguns casos, não poderiam continuar. O problema é que demitiram mil quatrocentos e noventa (1490)

servidores⁷, sendo setecentos (700) técnicos e setecentos e noventa (790) professores e não recontrataram e/ou realizaram concurso para preencher essas vagas. Esse fato ocorreu em dezembro de 2019. Entre os professores, foram contratos apenas trezentos (300) docentes para suprir a ausência dos demitidos.

O ano de 2020 começou com total precarização do trabalho na UEG em meio a incerteza do que poderia acontecer. Apesar de tantos GT/Comissões etc que trabalharam para buscar mecanismos de reestruturação da Universidade – o modelo usado para fechar cursos foi através de uma oferta geral de vestibular para os cursos homônimos, considerando que os cursos com menor procura deveriam ser suspensos (leia-se fechados) – exemplo: o trabalhador/estudante que mora em Itapuranga e se inscreveu para Geografia concorreu com todos os outros estudantes das várias regiões de Goiás para conseguir uma vaga. Esse critério não considerou que trabalhador/estudante não teria recursos para estudar em outra cidade e/ou câmpus da UEG e muito menos o nível de aprendizado/formação desses estudantes para as diferentes regiões. Como resultado efetivos no exemplo citado – os jovens de Itapuranga e Minaçu que se inscreveram para os respectivos cursos de Geografia, mesmo aprovados não conseguiram iniciar seus estudos – pois os cursos dessas duas unidades da UEG foram suspensos (leia-se, fechados), considerando que foram os dois, entre os cursos de Geografia, com menor demanda.

As propostas de suspensão de cursos/reestruturação na prática nunca olharam para a realidade socioeconômica dos estudantes/trabalhadores urbanos e/ou camponeses de Goiás – os critérios foram sempre de logística, distância e, conforme o novo estatuto (imposto pelo estado) pelo número de docentes efetivos nas unidades e/ou câmpus. Mas, um critério importante para a suspensão de cursos e unidades acadêmicas (conforme oferta do vestibular em andamento – ingresso em 2021) é político.

Um momento de euforia sem lastro

Um destaque importante em relação aos problemas de planejamento da UEG é enfatizado na discussão do orçamento e sua aplicação e as consequências para a comunidade acadêmica.

⁷ Sobre o assunto ver em <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/ueg-vai-exonerar-47-dos-funcion%C3%A1rios-1.1866722>. Acessado em: 20 ago. 2020

Em 2014, a UEG foi beneficiada por um Termo de Ajuste de Gestão (TAG), assinado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) e o governo do estado de Goiás. Era prática comum o governo do estado não repassar para UEG os valores devidos de exercícios fiscais anteriores, conforme os valores previstos no orçamento do estado. Duas questões são importantes em relação a isso:

1º que havia uma desobediência a Constituição do estado que previa o Repasse de 2% da receita líquida de ICMS para a UEG – “uma pedalada fiscal do governo”, portanto, para além da falta de autonomia administrativa, não havia respeito ao valor “prometido” em orçamento. Isso inviabiliza o planejamento institucional a longo prazo – nunca era possível contar com o orçamento, apesar das crescentes receitas do estado goiano, ano após ano;

2º quando o dinheiro chegou (TAG) – foi uma festa. A gestão na época foi “as compras”, necessários a Universidade: ônibus, vans, camionetes, projetos de reforma e ampliação de prédios. Foi nessa época que a UEG assumiu – única autarquia e/ou órgão estadual - o direito de projetar/licitar e tocar as próprias obras (construção e reformas) saindo do controle da antiga Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP). Essa nova atribuição da Universidade - realizar suas obras de infraestrutura parece ter provocado uma “miopia na gestão” – foram pensados projetos megalomânicos de auditórios e bibliotecas – auditórios de 800 lugares para os câmpus – sendo que a maioria não tinha mais que 300 alunos e/ou bibliotecas de 600 m² - importantes, mas inviáveis do ponto de vista do custo de construção e manutenção.

Foi com esses recursos que a UEG adquiriu uma importante frota de ônibus e micro-ônibus para atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Um dos primeiros problemas foi a centralização dos equipamentos na sede da Universidade em Anápolis, aumentando o custo de logística para o uso dessa frota. A centralização foi uma marca da gestão naquele momento – os louros da festa de aquisição/controlado e uso deveriam ser ofertados a gestão central (izadora) da Universidade.⁸

Na prática esse tempo de muito investimento não teve sustentação. As obras não saíram do papel, a Universidade incrementou um forte programa de bolsas de estudo e auxílio eventos entre 2014 e 2017, mas estes projetos não tinham sustentação financeira fora do TAG. Para os

⁸ Um bom exemplo do custo da centralização do transporte na sede da Universidade pode ser ofertado pelo seguinte exemplo: Para realizar uma atividade de aula campo para os alunos de Geografia da Unidade de Iporá – aula campo na própria região de Iporá de dois (2) dias – rodando cerca de 200 km (saída e chegada em Iporá) era necessário deslocar um veículo de Anápolis, distante 280 km de Iporá (o ônibus rodava 560 Km vazio para fazer uma atividade de 200Km). Soma-se a isso ao valor pago em diárias para os motoristas – as mais altas da UEG para compensar os baixos salários ofertados na época. Em 2016 a diária (cheia) de um motorista era de R\$150,00.

alunos matriculados naquele momento foi importante – mas não foi sustentável para os anos seguintes.

Os cortes orçamentários em 2018, 2019 e 2020 escacaram uma crise financeira sem precedentes na UEG. O corte de 30% do orçamento da Universidade já em 2018 inviabilizou a continuidade das atividades de ensino, pesquisa extensão. Na prática foi uma festa – o problema é que viu de fora quis entrar, mas a festa havia terminado. A importante frota de ônibus da UEG segue enferrujando no pátio da Universidade desde de outubro de 2018 – nem a eleição deste ano foi capaz de fazer a “UEG rodar” - não havia recurso para o combustível.

A Universidade, como sempre, não planejou o uso desses recursos, a gestão poderia ter investido na reestruturação dos cursos e no investimento na estrutura física da Universidade. Os recursos “extras” foram usados no mesmo modelo que prefeituras do interior usam as emendas parlamentares – compram veículos/ambulâncias – no caso da UEG (ônibus), preferem o mais fácil, com marketing garantido, ao invés de planejamento e gestão que de fato poderia ofertar retorno em longo prazo.

É fato afirmar que, como o resultado dessa desastrosa história de gestão, a UEG carrega as mazelas dos interesses políticos demonstrados nesse breve relato das várias tentativas de reforma universitária. As tentativas frustradas de enxugamento/ redesenho/ reestruturação/ fusionamento/ indicam a ineficiente gestão da Universidade e resultaram na ausência de uma sólida base para a construção de sua identidade acadêmica e científica no espaço do ensino superior no estado de Goiás.

Apesar de todos os esforços da comunidade acadêmica: professores-pesquisadores; analistas e técnicos administrativos – na oferta de uma educação de qualidade, na administração e manutenção da estrutura física universitária, as forças antagonicas advindas de interesses alheios à vocação de Universidade pública sempre refletiu, em conformidade com as contribuições marxistas, como uma verdadeira luta de classes.

Isto posto, vivenciamos ano eleitoral após ano eleitoral, seja na esfera do executivo do estado seja na esfera da reitoria, a Universidade se transformou desde sua origem num campo de disputas político-ideológicas e mercadológicas: ora atendendo os interesses populistas municipais ao solicitarem a instalação de unidades e cursos em seus currais eleitorais; ora atendendo os interesses de mercado, seja para promover formação aligeirada de profissionais para ocuparem demandas reprimidas de trabalho precarizado, bem como - quando conveniente ao momento de crise da reestruturação sociometabólica do capital (Mészáros, 2008) - aliar-se ao discurso do “Estado nano” (Silva, Lima, 2020) para reduzir a máquina estatal, fechando

curso para que sejam absorvidos pelas instituições privadas/empresas de ensino superior. Tais recorrências demonstram graças a seus administradores centrais, vinculados à política partidária goiana, que assumiram cargo de confiança na Universidade – leia-se reitores e pró-reitores – vem contribuindo, paulatinamente, para estarmos anos luz da condição da UEG se transformar em centro de excelência de produção do saber em nível nacional, quiçá internacional.

São 22 anos de história recente de ensino superior público em Goiás que acompanham, conforme denunciam Saviani (2007), Freitas (2018) e Faria (2014), o vai e vem das políticas públicas educacionais reformistas e que mudam de acordo com a dinâmica e interesses dos blocos hegemônicos internacionais – (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID; Banco Mundial – BM; Fundo Monetário Internacional – FMI; Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE; União Europeia – EU; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL; entre outros), responsáveis pela indução do perfil pedagógico, curricular, ideológico e gerencial das instituições brasileiras de ensino. Por isso, apesar de desastrosa economicamente, a trajetória reformista da Universidade ao longo dos anos nunca foi ao acaso. O dismantelamento da incipiente educação pública no interior goiano é um projeto de sociedade almejado pelas classes dominantes vigentes em nosso estado e país.

Levando-se em consideração a cidade de Itapuranga como um recorte espacial da realidade da UEG é possível perceber o quão importante foi a Universidade na construção do processo emancipatório dos alunos, especialmente do Curso de Geografia (objeto das narrativas a seguir). No que tange a reflexão crítica dos alunos sobre o papel dos sujeitos na construção do lugar e, portanto, na compreensão da dimensionalidade política que o conhecimento historicamente produzido pela humanidade e socialmente referenciado faz na vida dos mesmos podemos dizer que o fechamento dos cursos, especialmente daqueles inseridos na grande área do conhecimento científico denominado Ciências Humanas. É uma estratégia corretiva do Estado hegemônico para ‘cortar as asas’ e “secar a fonte” daqueles que fugiram do seu controle e que, por meio do conhecimento, passaram a questionar a ordem vigente desse Estado caracterizado por ser excludente, expropriador e coercitivo em relação aos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a população jovem que poderia se fixar no lugar, mantendo-se economicamente ativa em seu município de origem, ocupada em alguma atividade produtiva que lhe permita reproduzir social e economicamente com dignidade, ao se deparar com a sangria da Universidade pública se vê agora compelida a sair de sua cidade, a se afastar de suas

origens camponesas, para buscar nas áreas metropolitanas a continuidade de seus estudos. Ou então, o jovem trabalhador terá outras escolhas que atendem diretamente o capital, igualmente destrutivas da cultura local: ingressar numa instituição privada que, sem constrangimento, faz da educação uma mercadoria; ou então desistir do estudo e se proletarizar precariamente, ora onde mora e ou ora emigrando de sua cidade.

Diante o exposto, percebe-se que a UEG, que oportunizou o acesso ao ensino superior público aos estudantes trabalhadores, dialeticamente é fruto e reflexo das políticas neoliberais implementadas no país a partir da década de 1990 e que nos anos 2000 reforçam seus interesses afinando políticas reformistas no interior das unidades da federação, reverberando mudanças nas instituições públicas que ofertam serviços básicos para a população, tais como educação, saúde e segurança (HARVEY, 2008; LAVAL, 2019). No caso de Goiás, atendendo os intentos do capitalismo, estas políticas reformistas materializaram, paulatinamente, o desmonte da Universidade pública por meio de um ciclo de estratégias desarticuladas e inacabadas e que sempre impediram a autonomia financeira, pedagógica e científica da UEG.

Assim, ora a gestão superior, aliada aos interesses eleitoreiros, fez da UEG uma superestrutura de cabide de emprego; ora fez da instituição uma grande consumidora do mercado licitatório de bens de consumo e bens duráveis. Outrora a instituição fundou as bases para a produção do conhecimento no interior goiano auxiliando na formação de força produtiva para o mercado de trabalho e outras vezes, escondida atrás do véu da lei, reduziu drasticamente o quadro de funcionários, precarizando o trabalho dos servidores públicos da Universidade e, por consequência, precarizando o ensino ofertado à população.

Seja expandido ou encolhendo, a territorialidade da UEG sempre esteve limitada ao grande projeto neoliberal que visa transformar tudo em mercadoria, forjar uma sociedade composta de indivíduos que reproduzam comportamentos necessários à manutenção do *status quo* dos detentores do poder e dos meios de produção, que perpetuam a concentração de renda por meio da exploração do trabalho mal remunerado. Ou seja: ofertar educação pública e de qualidade em nível superior de modo a garantir a emancipação da população goiana nunca foi o objetivo do estado do agronegócio.

ITINERÁRIOS HUMANOS DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA

A realidade do curso de Geografia na cidade de Itapuranga representa os percalços de inúmeros cursos de licenciatura Brasil a fora. A baixa procura nos vestibulares, os discursos de desvalorização da profissão docente, os altos índices de desistência/evasão, a frágil expectativa

de estabilidade (concurso público) na carreira, a ausência de políticas de permanência na Universidade são alguns dos fatores que justificam, entre outras coisas, o número reduzido de alunos nas turmas. A exemplo da disciplina de Geografia Agrária, enfatizada neste artigo, composta hoje por somente 10 alunos.

Dos aspectos supramencionados, sobressaem nos discursos dos gestores da UEG, exclusivamente a baixa procura e a evasão universitária. Com ênfase nos efeitos (reduzido número de alunos), ignoram as causas.

É falso, porém, o discurso da obsolescência das licenciaturas. Basta uma consulta ao Plano Estadual de Educação (2014-2024), especialmente à meta 16 que prevê a formação de professores adequada à disciplina que lecionam. Veremos que o estado de Goiás está demasiadamente aquém do cumprimento desta meta. A tabela 1, organizada pelo Instituto Mauro Borges (2020), reúne dados elucidativos desta questão:

Tabela 1 – Percentual de professores que possuem formação adequada à disciplina que lecionam por etapa de ensino – Goiás (2013 – 2019).

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental			Ensino Médio	EJA	
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais		Ensino Fundamental	Ensino Médio
2013	50,4	54,4	62,9	43,7	48,4	35,5	40,8
2014	53,0	55,1	63,9	43,9	48,5	34,8	39,5
2015	53,1	54,6	63,5	43,3	47,3	34,2	37,3
2016	54,8	56,4	66,5	43,8	47,8	33,5	36,8
2017	57,3	56,5	67,3	43,1	47,4	32,8	36,9
2018	57,7	57,0	67,8	43,5	46,1	33,5	37,3
2019	60,7	58,9	69,7	45,5	48,9	34,2	38,2

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica/INEP. Elaboração: IMB/Secretaria de Estado da Economia

O déficit de formação se agrava à medida que avançamos nos níveis de ensino, chegando a mais de 60% de professores sem formação adequada na Educação de Jovens e Adultos. Frente à grave lacuna formativa, como afirmar a obsolescência das licenciaturas em Goiás?

Diante desta perversa estratégia discursiva, este artigo se coloca como porta-voz de sujeitos que, dos territórios interioranos, acessam a Universidade e, por meio dela, mobilizam conhecimentos fundamentais para “saberem de si” (ARROYO, 2017). Esta, a Universidade pública, caso ali não estivesse, impulsionaria a migração desses coletivos para os grandes centros ou os excluiria do acesso ao ensino superior.

Com base no princípio freireano (2017) que reclama ao educador a disposição em ouvir as vozes dos sujeitos da escola/Universidade, foi solicitado aos estudantes da disciplina

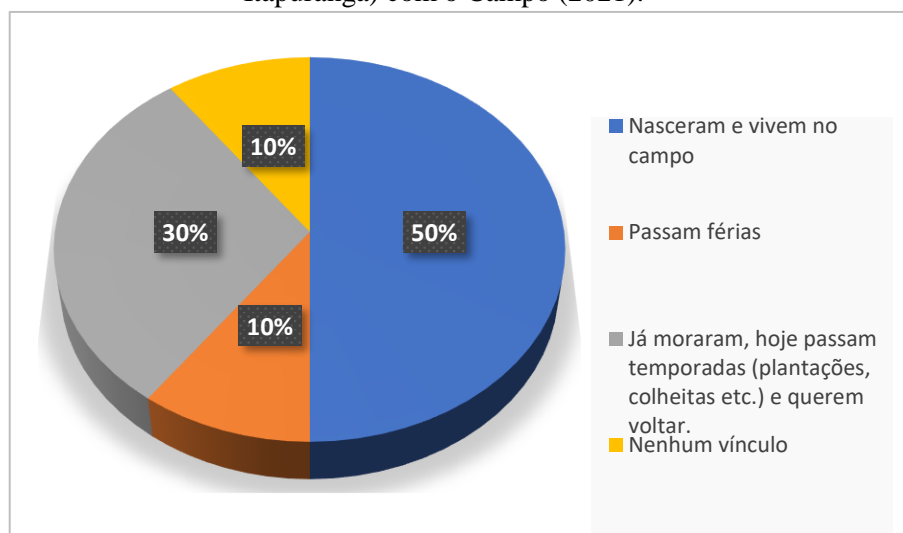
Geografia Agrária um breve relato de vida. O objetivo era identificar e qualificar os laços que conectam esses jovens ao lugar, especialmente ao campo. Laços estes ameaçados pelo fechamento da Universidade.

Também com inspiração em Paulo Freire, e Jaques Lacan, o psicanalista Christian Dunker (2020) destaca a importância da subversão dos papéis que atribuem, exclusivamente, a fala ao professor e a escuta ao aluno. Segundo Dunker, a escuta merece maior atenção nos processos pedagógicos, desde os cursos de formação à escola. Designa esta faculdade de ouvir, entre outras denominações, de “escuta lúdica”:

[...] penso que a escuta – que não é prerrogativa ou exclusividade do psicanalista, do psicoterapeuta ou do especialista em saúde mental – tornou-se peça fundamental para o educador. Depois de gerações formadas para disputar a fala, depois de anos avaliando a participação de alunos pela sua disposição a falar, estamos nos dando conta de que a faculdade de escutar também devia fazer parte de nossos currículos, objetivos e habilidade. [...] Chamemos isso de escuta lúdica ou escuta empática, escuta ativa ou não violenta (DUNKER, 2020 p. 15).

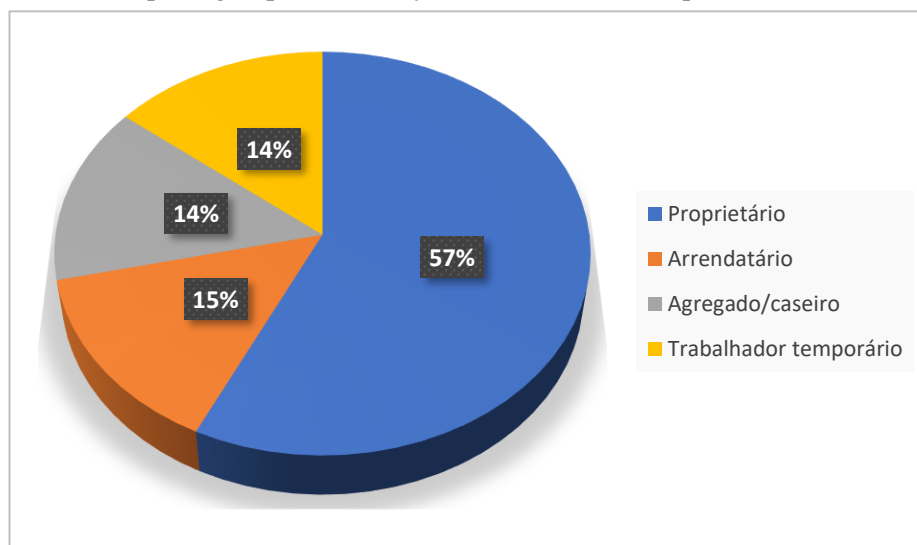
A escuta ativa das narrativas dos estudantes de Geografia nos relevou o vínculo orgânico, da maioria, com o campo (figura 1). Vínculo que se materializa em diferentes modalidades (figura 2).

Figura 1 – Distribuição do vínculo dos estudantes do Curso de Geografia (UEG/Unidade de Itapuranga) com o Campo (2021).



Fonte: MARQUES (2021)

Figura 2 – Distribuição de vínculo dos estudantes do Curso de Geografia (UEG/Unidade de Itapuranga) quanto a relação de trabalho no campo (2021).

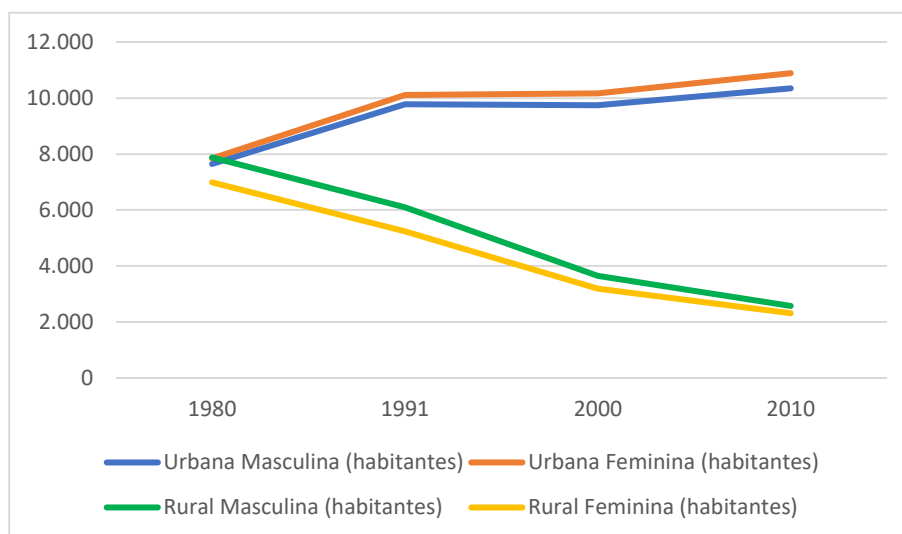


Fonte: MARQUES (2021).

A quantidade expressiva (43%) das famílias no campo sem a propriedade da terra (arrendatárias, agregadas ou de trabalhadores temporários), obrigadas a vender a força de trabalho de um ou mais membros, remete ao processo de migração campo-cidade em Goiás e no Brasil, acentuado nos anos finais do século XX. Fenômenos já bastante explorado na literatura geográfica.

A Figura 3, representa o ritmo dessa “inversão demográfica” no município de Itapuranga/GO no intervalo de três décadas. Esse período mudou substancialmente o padrão distributivo da população no município. Se, nos anos 1980, havia um equilíbrio entre os contingentes populacionais urbano (15.492) e rural (14.866), com o passar dos anos houve uma redução exponencial das pessoas residentes no campo (restando 4.890 habitantes em 2010).

Figura 3 – Inversão do local de moradia da População de Itapuranga no período de 1980/2010.



Fonte: IMB/SEPLAN, 2021. Organização: Marques (2021)

Quais fatores concretamente levaram essas famílias a migrarem? Com tem sido a adaptação na cidade? Quais os sentidos atribuídos pelos sujeitos, vítimas desse processo? O que apontam as suas narrativas? Há um desejo/esperança de retorno ao campo? O que pensa a juventude acerca disto?

Essas e outras questões foram tangenciadas pelas narrativas dos estudantes, revelando particularidades da dinâmica do campesinato itapuranguense e o papel da Universidade na reprodução social desta classe.

O trabalho, como já esperado, é transversal nas narrativas e emerge como um importante princípio organizador do tempo, do espaço, da divisão das atividades entre os membros da família, e um princípio educativo, de transmissão de saberes e valores, uma vez que a formação do sujeito se dá – desde a infância – imersa no universo do trabalho:

Todo mês de julho que conseqüentemente dava no mês das férias, toda minha família se reunia na roça para fazer farinha, as partes eram divididas entre os homens que colhiam uma grande quantidade em plantações de mandiocas, e as mulheres ficavam com as partes, que era desde descascar até o processo de torrar. Outras atividades do campo que nos uniam era a colheita de milho para fazer pamonha, a construção das hortas que sempre ocorria nos meses mais chuvosos, e a diária tarefa para com a criação, como tirar o leite, apartar o gado, tratar do gado e entre outras criações. (Estudante A – UEG/ UnU Itapuranga, 2021).

Meus pais como muitos outros não tiveram como ter acesso ou estudo (ensino médio e fundamental) estudaram apenas até a quarta série, e já desde cedo tiveram o contato com a terra, preparando o solo, preparando a semente, observando o tempo, plantando e colhendo para seu sustento, dessa forma eles aprenderam com seus pais. [...] Minha participação com o meio rural começa na infância, acompanhando meu pai para as roças que nesse tempo ainda era

frequente, principalmente as de milho e arroz, para ajudar nas atividades cotidianas eu fui aprendendo as atividades, como capinar, roçar, prantar milho, mexer com porco, vacas, tirar leite e outros demais serviços que [h]á na zona rural. (Estudante B – UEG/UnU Itapuranga, 2021).

Além do caráter familiar de organização do trabalho nas propriedades camponesas, emergiu nas narrativas a exploração do trabalho “vendido” (a valores irrisórios) a latifundiários:

Um dia de serviço era trocado por um litro de óleo. Nesse período que um dia de serviço valia 7 reais. Eu hoje percebo que não valia nada, [era] um trabalho escravo. [O] latifundiário mandava em seus peões, na sua colônia. Todas notícias eram dadas por ele, que tinha acesso [à informação] mais por vir na zona urbana. (Estudante C – UEG/ UnU Itapuranga, 2021).

O relato do estudante sinaliza o papel do saber/conhecimento nas relações de poder, seja para manter uma posição de dominação, seja para tomar consciência do lugar de subalternização ocupado pelo trabalhador/camponês. Aqui, a Universidade se coloca como importante veículo de questionamento das relações de dominação predominantes nos territórios. Por isso, de acordo com uma premissa de Arroyo, a crise do trabalho precisa revolver os currículos e práticas docentes:

Educadores sentem-se obrigados a entender a crise do trabalho como uma crise de valores, ética, política, humanitária. Os trabalhos precarizados e as suas vidas provisórias de que chegam [os trabalhadores que estudam] os tornam vítimas da pobreza, da fome, de estruturas que negam os valores sociais, políticos, civilizatórios, pedagógicos. Tratados como mercadoria. [...] Lembremos de que manter pobres, negros, mulheres como trabalhadores/as nesses limites do sobreviver e nesses trabalhos provisórios sem prazo tem sido a “pedagogia” mais eficaz das elites para mantê-los na opressão como subcidadãos, sub-humanos. (ARROYO, 2017, p. 66-67).

Sabemos que esse “viver provisório”, do qual nos fala Miguel Arroyo, é a condição de grande parte dos camponeses e camponesas expropriadas da terra que se deslocam para as cidades. Lá, em geral passam a somar o contingente de trabalhadores informais, à semelhança do que nos relata esta estudante:

Depois de um tempo o meu pai parou de trabalhar na usina [de cana de açúcar], e começou a comprar milho em lavouras para revender aqui na rodoviária de Itapuranga, e o aluguel da chácara venceu, pois era no contrato, e tivemos que vir morar na cidade. Já estamos aqui há mais de seis anos, até hoje meu pai vende milho na rodoviária. [...] Todos os dias meu pai levanta 2 horas da manhã, algumas vezes que são mais longe o local de ir atrás da mercadoria tem que sair 00:00, 01:00 para que o alimento chegue até a nossa cidade. (Estudante D – UEG/ UnU Itapuranga, 2021).

O itinerário humano desta estudante – e de sua família – se constitui por reiteradas tentativas de permanecer no campo, interrompidas pela escassez de recursos para o aluguel das propriedades. Apesar das inúmeras atividades de complementação da renda – comercialização

de produtos agrícolas na feira do produtor, venda de milho na rodoviária, trabalho do pai na usina de cana-de-açúcar –, a condição de arrendatária impede a reprodução social desta família na terra. A exaustão física e emocional da luta de anos pela permanência no campo ecoa neste fragmento:

Quando estávamos nessa última fazenda, teve um período em que o meu pai participou de um movimento chamado “sem terra”. [...] Passaram alguns anos e meu pai desistiu de ir nas reuniões, já estava sem esperanças e cansado, pois as reuniões eram no dia do seu descanso, que acontecia aos domingos, e além disso já ganhávamos pouco e tinha todo um processo para organizar, os gastos, e acabou que não voltamos lá mais. (Estudante D – UEG/ UnU Itapuranga, 2021).

Aos impedimentos materiais à organização e luta camponesa – decorrentes das dificuldades de acesso e permanência na terra, da precarização do trabalho, da exaustão física dos sujeitos, da proletarização –, somam-se as disputas de representação, nas quais os movimentos sociais são constantemente invisibilizados, silenciados e retratados de forma pejorativa. Na narrativa do estudante E, cuja infância se passou literalmente na fronteira entre um latifúndio e um assentamento rural, essa questão emergiu com força:

Víamos os grandes fazendeiros dizerem que os assentados eram um bando de vagabundo. Mas eu me perguntava: eles produzem de tudo por que são tão desprezados pelos latifundiários [?] isso me despertou um senso crítico, pois quando criança eu também achava que assentados eram bandidos, mas agora vejo que não é assim. Quase toda comida é produzida por aqueles assentados e em contrapartida os grandes fazendeiros apenas alugam suas terras para grandes empresas de soja e cana de açúcar. Por isso sou grato por ter nascido nessa zona de conflito e conseguir ver qual é o lado que trabalha e que leva o Brasil nas costas em troca de quase nada. (Estudante E – UEG/UnU Itapuranga, 2021).

Mais uma função fundamental se apresenta à Universidade – dentro de um viés progressista, de comprometimento com as questões sociais dos territórios – no contexto do campesinato itapuranguense: a ponte entre a sociedade e os movimentos sociais. E assim, desconstruir identidades negativas que impactam sobremaneira na estima dos trabalhadores e que os faz desacreditar da própria educação.

No sentido reclamado por Arroyo (2017), impõe-se ao educador a tarefa de retomar (junto aos educandos) os percursos de seus itinerários humanos, ressignificando as identidades que lhes foram atribuídas socialmente e internalizadas. Tecendo laços entre as narrativas, a “escuta ativa” (DUNKER, 2020) possibilita saltar do indivíduo ao social. Está atenta ao fato de que itinerários humanos individuais representam coletivos sociais segregados, opressões compartilhadas, identidades interseccionadas, territórios e territorialidades ameaçadas. A escuta

empática, não violenta, alcança a zona de convergência das opressões, e de encontro das lutas, onde se constroem, artesanalmente, a consciência e a solidariedade de classe, de gênero, de raça.

A Universidade, além de reunir pessoas e conteúdos, pode ser essa via de encontro de itinerários humanos, de esperanças estilhaçadas por projetos de vida falidos, de novas identidades coletivas, de reforço de outras frentes de luta. Para isso, precisa também ser o tempo-espaço de remissão de pedagogias que há séculos se mantêm indiferentes aos sujeitos, territórios e demandas sociais concretas onde se instalam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Já fui várias vezes pra escola de cavalo e também de carroça. E também todo fim de ano que ficava de recuperação e o transporte parava de buscar, eu tinha que ir de bicicleta.”
(Estudante F – UEG/UnU Itapuranga, 2021).

Os deslocamentos relatados por este estudante, recorrentes nos itinerários humanos de crianças e jovens camponeses e camponesas na região estudada, interpelam o direito constitucional à educação. Sua narrativa denuncia a negligência do Estado, a precariedade das condições de vida no campo, ao mesmo tempo em que ergue como resistência ao “viver provisório” (ARROYO, 2017).

A saga para “saber de si” por vezes é interrompida na infância e retomada anos depois, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Universidade (UEG). Saber de si é um direito. O que faz dos educadores, profissionais na defesa dos direitos humanos (ARROYO, 2017).

Por meio deste breve artigo, vimos a público denunciar a grave ameaça aos direitos humanos decorrente do sucateamento e enxugamento da UEG, especialmente nos municípios interioranos, onde a Universidade cumpre a função de reparar a histórica exclusão escolar das classes populares no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

DUNKER, Christian. **Paixão da ignorância**: a escuta entre Psicanálise e Educação – Coleção Educação e Psicanálise. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FARIA, Francisco Adjacy. **Pobreza e Educação**: as intervenções do BID nas políticas públicas brasileiras. FORTALEZA-CE.2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2014.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. – 64 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GOIÁS. Universidade Estadual de Goiás (UEG). **Reforma administrativa: principais pontos – 2020**. Disponível em: https://sagresonline.com.br/wp-content/uploads/2020/01/ueg_-_reforma_administrativa.pdf. Acessado em: 20 jun. 2020.

HARVEY, David. O Estado Neoliberal. In: _____. O neoliberalismo-história e implicações. Ed. Loyola, 2008. p. 75 a 96).

IMB - Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Secretaria de Estado da Economia. **2º Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Goiás**. Rui Rocha Gomes. 2019. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/monitoramento-do-plano-estadual-de-educacao/2-relatorio-de-monitoramento-do-pee-goias.pdf>.

IMB/SEPLAN- Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Secretaria de Planejamento de Estado de Planejamento e Orçamento – **Estatísticas Municipais e Perfil dos Municípios Goianos**. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: fev. 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Mariana Echalar (trad.). São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. O capital: crítica à economia política: Livro I: o processo de produção do capital. (tradução de Rubens Enderle) 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx e Engels). p. 113 a 168.

MÉSZÁROS, Istiván. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p. (Coleção Mundo do Trabalho). Título Original: Education beyond capital.

SILVA, P. J. DA; LIMA, A. B. DE. O oportunismo neoliberal na pandemia de 2020: a nova morfologia da educação e a superexploração do trabalho docente. movimento-revista de educação, v. 7, n. 15, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42973>. Acesso em: 15 mar.2021.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255. out. 2007. Especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Universidade Estadual de Goiás. **Proposta Preliminar de Reestruturação dos Cursos e Remanejamento e Diversificação de Vagas**. Anápolis/GO, 2001. p. 28. Disponível em: < <http://www.redeshoinstitucional.uegbr./>> Acesso em: 06 mar. 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2019.** Anápolis/GO, 2010. p. 135. Disponível em: <http://cdn.ueg.edu.br/source/avaliacao_institucional2/conteudoN/8109/pdi_aprovado_csu.pdf>. Acesso em 07 mar. 2021.

_____. **Estudo Preliminar Sobre Oferta de Cursos na UEG: relatório parcial.** Anápolis/GO, 2011a., p. 25. Disponível em: <<http://www.redesenhoinstitucional.ueg.br/>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

_____. **Relatório Comissão de Estudos Sobre a Universidade Estadual de Goiás:** anexo IV síntese da proposta. Anápolis /GO, 2011b. Disponível em:<<http://www.redesenhoinstitucional.ueg.br/>> Acesso em: 06 mar. 2021.

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho (GT) de Política de Oferta e Demanda de Vagas da UEG.** Anápolis/GO, 2014a, p. 39. Disponível em:<<http://www.redesenhoinstitucional.ueg.br/>> Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. **Resolução Conselho Universitário – UEG (Resolução CsU nº683/2014).** Anápolis/GO, 2014b, p. 2. Disponível em:< <http://www.legislacao.ueg.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho de Redesenho Institucional.** Anápolis/GO, p. 2017a, p. 34.

_____. **Documentos da Sessão Plenária do Conselho Universitário – CsU/UEG nº103/2017.** Anápolis/GO, 2017b, p. 2. Disponível em: <<http://www.conselhossuperiores.ueg.br/referencia/7402>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

_____. **Relatório da Comissão de Redesenho.** Anápolis/GO, 2019, p. 20. Disponível em: <<http://www.conselhossuperiores.ueg.br/referencia/10763>>. Acesso em: 08 mar. 2021

SOBRE AS AUTORAS E O AUTOR

Ana Carolina de Oliveira Marques

Doutora em Geografia pelo IESA/UEG. Professora da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Itapuranga e do PPGGEO -UEG/Unidade Cora Coralina. Membro da REDE de Estudo, Pesquisa e extensão em Educação e Ensino de Geografia da UEG.

Valdir Specian

Doutorando em Geografia pela UFJ. Professor da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Iporá, Coordenador do Laboratório de Estudos do Ambiente e do Território – LEAT/UEG.

Paula Junqueira da Silva

Doutoranda em Educação pela PEDEG- UFU. Professora da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Iporá, Membro da REDE de Estudo, Pesquisa e extensão em Educação e Ensino de Geografia da UEG.

Recebido em julho de 2021.

Aceito para publicação em setembro de 2021.